

## **Para uma concepção de História e Historiografia**

**Antonio Vicente Marafioti Garnica**

Em 2005 fui convidado a participar de uma mesa redonda durante o I Seminário Paulista de História e Educação Matemática (SPHEM) cujo título era, ao mesmo tempo, direcionado e aberto: “História e Educação Matemática – possibilidades de diálogo”. Era direcionado pois indicava a interface História/Educação Matemática como foco das discussões; e aberto por propor como subtítulo uma frase propositalmente lacunar: possibilidades de diálogo. Posto que diálogo pressupõe intercâmbio, interlocução, escuta e fala atentas, é natural que nos perguntemos: por que diálogo? Diálogo entre o quê ou entre quem? Diálogo entre História e Educação Matemática? Ou diálogo entre História, Educação Matemática e toda uma variedade de áreas, enfoques e aportes teóricos que, segundo julgo, os estudos na e sobre a interface História/Educação Matemática trazem à cena? Coube a mim uma opção.

Sabendo que a professora Maria Ângela Miorim seria minha colega nessa atividade, e conhecendo seus trabalhos sobre História e Educação Matemática, decidi tomar como foco não essa interface propriamente, mas os diálogos que me parecem possíveis e necessários aos que se dedicam ao estudo dela. Discutir interlocuções entre várias regiões de conhecimento e vários aportes teóricos é uma ousadia – reconheço – dado que o lugar de onde falo é a Educação Matemática (e, portanto, minha legitimidade quanto à abordagem de temas tão vários como os que decidi apresentar poderia ser questionada). Mas, por outro lado, tramar essas interlocuções é algo que a mim e a meu grupo parece extremamente familiar, pois nos propusemos a esse exercício dialógico e temos tentado efetivá-lo.

No domínio da interface História Oral e Educação Matemática – a região de inquérito à qual eu e meu grupo temos nos dedicado – a necessidade de diálogos com outras áreas é fundamental. Isso decorre, num primeiro momento, por ter surgido a História Oral, como método de pesquisa, exatamente nessas outras áreas (notadamente a Antropologia, a Sociologia, a História ou, de um modo mais amplo, a região dos Estudos Culturais). Essa anterioridade histórica nos levou a conhecer outras abordagens procedimentais e outros viéses teóricos para que pudéssemos, de posse dessa bagagem, estabelecer a História Oral como um significativo método qualitativo de pesquisa para os estudos em Educação Matemática. Essa apropriação, entretanto, é vista por nós como criativa (isto é, constituir a História Oral como

método para a pesquisa em Educação Matemática é constituí-la como algo novo, distinto do que até então as outras áreas haviam planejado e do como a efetivam) ainda que essa “novidade” só nos tivesse sido possível a partir do estudo e apropriações de referenciais anteriormente disponíveis.

A História Oral – como temos defendido – é método de pesquisa (não apenas procedimento de pesquisa) que serve à compreensão de vários objetos e não somente aqueles diretamente vinculados aos estudos historiográficos. Obviamente é possível a utilização da História Oral para estudos historiográficos. Em Educação Matemática, temos utilizado a História Oral tanto em investigações acerca da História da Educação Matemática quanto para estudos, por exemplo, sobre as concepções de professores formadores, sobre profissionalização docente, sobre a(s) identidade(s) de grupos, sobre preconceitos e utopias, e sobre a relação entre escola, família e matemática.

De todo modo, frente ou não a uma questão de teor historiográfico, assumimos a história oral como tendo a função precípua de constituir fontes históricas. Certamente toda pesquisa constitui, querendo ou não, fontes históricas (fontes que poderão servir a outros pesquisadores, no futuro, para abordar, por exemplo, questões históricas acerca da produção em Educação Matemática no país em certo período ou situação). A diferença – que nos parece significativa para uma diferenciação – é que temos como pressuposto a constituição dessas fontes, ao contrário de outros métodos qualitativos de pesquisa que não optam, intencionalmente, por essa constituição. Sendo assim, acreditamos ser fundamental discutir concepções de História (que subsidiem a criação de fontes históricas) e, além disso, conhecer pressupostos que vêm de outras áreas para que essas fontes históricas, já tornadas documentos, possam ser analisadas segundo vários matizes. Isso implica, portanto, que também temos como pressuposto ultrapassar o discurso dos depoentes (o discurso *emic*) a partir de um tratamento próprio ao pesquisador e seus recursos teóricos quando se relacionando com tal discurso (efetivando o que poderíamos chamar de discurso *etic*<sup>1</sup>).

Um dos nossos problemas de pesquisa, portanto, é que, respeitar em excesso o discurso *emic* dos depoentes implica prender a interpretação no horizonte dos interpretados, impossibilitando toda explicação comparativa, generalizável ou teórica, o que tornaria supérflua qualquer tarefa de análise (que é função do

---

<sup>1</sup> Emic (no português poderia ser ÊMICO - um sufixo como em "endÊMICO" - é relativo aos sujeitos da pesquisa (por exemplo, o que os sujeitos falam, como falam, é um discurso êmico). O ETIC (também um sufixo como em fonÉTICA, mas que não tem, em princípio, relação com a Ética - disciplina da Filosofia) trata do discurso dos pesquisadores, ou, no nosso caso, dos discursos que fazemos (análise ou construção textual) a partir dos discursos "êmicos". FonÉTICA, por exemplo, é um discurso dos linguistas sobre o modo de falar ("fono") das pessoas (que poderíamos chamar de "fonêmico")

pesquisador). Assim, quando não se pretende sacralizar o discurso *emic*, parte-se do princípio que os relatos dos depoentes são construções sociais que dão determinado significado as suas práticas e, como tais, devem ser analisados numa postura investigativa; e para que os relatos sejam relevantes aos propósitos da pesquisa devem submeter-se a determinados modos de análise. Esse momento de análise (de configuração muito difícil) coloca em cena os pressupostos existenciais e teóricos do próprio pesquisador, junto a uma série de recursos que ele pode ter em mãos, como fontes escritas, outros relatos, monumentos, objetos etc.

Os pressupostos teóricos do pesquisador provém de espaços, tempos e regiões de inquérito muito diferenciados que, tramados numa teia caótica – mas de estabilidades possíveis e desejadas – permitem configurar uma grade de compreensão para o discurso *emic* coletado, fundando um discurso *etic* (do pesquisador e seu grupo) frente àquele discurso. O discurso *etic* do pesquisador, porém, poderá (penso que necessariamente será) um discurso *emic* para sua comunidade de pesquisa, que dele se apropriará e a partir dele gerará outros discursos *etic*.

Se é certo que, nesse panorama, as interlocuções são necessárias e que os interlocutores podem estar inscritos em diferentes domínios temáticos, procedimentais e teóricos, é também certo que esse texto não poderá explicitar (como não o foi possível fazer também durante a mesa redonda que motivou este ensaio) nem todas essas possíveis interlocuções nem aquelas que têm sido efetivadas pelo grupo ao qual pertencem. Mas é possível um exemplo. Seja ele, então, vinculado aos autores que temos como interlocutores para a discussão sobre a concepção de história que tem fundado nossas iniciativas.

Um dos pressupostos que temos defendido é o da necessidade de estabelecer, antes mesmo dos objetos que teremos como foco específico de cada uma das pesquisas que realizamos, uma concepção sobre História e Historiografia. Certamente para tudo há um início, e nem sempre as concepções estarão plenamente elaboradas “antes” do pesquisador lançar-se aos seus trabalhos de investigação. Mas iniciar uma elaboração para ultrapassar o senso comum sobre o que é História; ou o que pode ser tomado como História e Historiografia; sobre qual lugar ocupamos nesse território de distintas posições e matizes teóricas; sobre nossa natureza de educadores matemáticos que se aventuram nos domínios da historiografia (e não historiadores com atuação complementar no domínio da Educação Matemática) nos parece ser fundamental. Entretanto, esse esforço de configuração – ainda que mínima – dos territórios que percorreremos e das concepções que defenderemos ao percorrer esses territórios. Tanto quanto esse esforço é necessário, creio, um outro para analisar os domínios do método a partir do qual pretendemos obter compreensões. É ingenuidade pensar que o método é um conjunto neutro de ferramentas assim como

defender que pensar nas concepções sobre história e historiografia é algo que pode ser protelado. Não há espaços sem ideologias e, portanto, valer-se irrefletidamente de um método é já comprometer o modo de ação, pois as verdades esboçadas nos caminhos que percorremos na pesquisa só são verdades NO método. Não existe verdade E método, mas as verdades que o método permite. Do mesmo modo, a ausência de uma reflexão acerca das concepções que defendemos é, via-de-regra, uma concepção. Fundamentalmente, a irreflexão, tanto metodológica quanto aquela relativa às concepções que embasam nossas práticas e são por essas mesmas práticas manifestadas, é conivência.

Munidos desses pressupostos, pensamos ser possível e necessário iniciar uma discussão acerca da história e de historiografia num sentido distinto daquele do senso comum (a história, confundida com a historiografia, ambas tomadas como ciência do passado) a partir de referências bastante básicas e acessíveis. Uma dessas referências é o livro *Ismael*, de Daniel Quinn, publicado no Brasil pela Editoras Best Seller em co-produção com o Círculo do Livro, em 1992. Ismael é um gorila interessado em encontrar um discípulo com o qual pretende discutir o tema “cativeiro”. Uma obra destinada, em princípio, a um público adolescente, mas que traz contribuições interessantes para uma diversificada gama de leitores.

A certa altura da trama, em uma de suas aulas, Ismael oferece ao seu discípulo uma seqüência de três definições a partir das quais elaborará sua teoria sobre o cativeiro:

*“Primeira definição: história. Uma história é um roteiro que inter-relaciona o homem, o mundo e os deuses. Segunda definição: encenar. Encenar uma história é viver de modo a torná-la realidade. Em outras palavras, encenar uma história é esforçar-se para torná-la verdade. Terceira definição: cultura. A cultura de um povo é sua encenação de uma história”.*

Nada mau para uma primeira abordagem. Uma linguagem simples, direta, compreensível e que, ao mesmo tempo, escapa do senso comum (sequer faz referência a “passado”), permite uma gama de interpretações (permite, diríamos, um exame hermenêutico de amplo espectro) e, ainda, vincula história e cultura; uma vinculação, reconhecamos, vital para as tendências historiográficas contemporâneas.

## Fragmento

Ambrosius Aurelius Theodosius Macrobius foi um pensador neoplatônico do século V d.C. Seus *mappaemundi*, representações do mundo então conhecido, elaborados na Espanha e reproduzidos em tratados fundamentais para o pensamento medieval (como os escritos do Venerável Bede), foram extremamente populares durante toda Idade Média e influenciaram os cartógrafos até o século XV (há reimpressões de seus mapas datadas de 1500).

Algumas teorias sustentavam suas elaborações. A Teoria Oceânica (atribuída a Crates de Mallos, do século V a.C) postulava a existência de dois fluxos oceânicos – o “verdadeiro” oceano que cortava a terra em dois blocos; e um “oceano subsidiário” que se dividia em dois fluxos passando pelos pólos. Ainda que seguindo a *Geographia* de Ptolomeu, em relação à circunferência da terra Macrobius julgava mais acurados os cálculos de Eratóstenes. A esfericidade da terra já era defendida desde o século V a.C., inclusive por Pitágoras de Samos, e Macrobius está nela baseado para projetar a existência (só possível pela razão) de uma grande massa de terras ao sul, posto que, conhecida a grande massa do norte, deveria ser mantida, para atender às leis da Física, o equilíbrio da esfera. A grande massa de terras ao sul seria habitada (ao menos em sua zona temperada), como afirmava claramente Cícero – do qual Macrobius foi comentador – ainda que nenhuma prova disso fosse possível. A representação da faixa habitada ao norte, na parte superior, era relativamente única nas representações medievais e Macrobius foi fundamental para mantê-la como padrão.

O Mapamundi de Macrobius, abaixo<sup>2</sup>, foi impresso na Bréscia, região da Lombardia, em 1483, e nele podemos perceber a aplicação dessas teorias. Essa cópia, ainda que singela tanto pela lacunar nomenclatura quanto pela apresentação artística, é bastante significativa quanto às representações macrobianas.

---

<sup>2</sup> [www.henry-davis.com/MAPS](http://www.henry-davis.com/MAPS), acesso em 30/10/2005.



A divisão em zonas climáticas parece ser a representação mais usual utilizada durante os tempos medievais. Nesse mapa macrobiano, as cinco zonas são os dois pólos (inabitados devido ao frio, Frigida), a zona equatorial (inabitada devido ao tórrido calor) à qual pertence um dos fluxos oceânicos (*Aleus Oceani*) e as duas zonas temperadas (apenas a zona ao norte fazia parte do mundo conhecido. Sua antípode – *temperata antipodum* – era ainda desconhecida – nossos tristes trópicos – e inalcançável devido à grande massa oceânica equatorial). À volta das massas terrestres fluía o outro oceano (cujas correntes, segundo Macrobius, partem do equador, descendo para o sul e subindo para o norte). As regiões aquáticas “internas” à zona temperada norte representam os Mares Mediterrâneo, Negro e Vermelho. A África, cortada pela linha equatorial da *Perusta Zona*, é habitada na região próxima ao Mediterrâneo. Ainda estão representados os Atlas, a Etiópia, o Mar Cáspio (acima da representação aleatória do *Mare Caspian* estão a Índia e a Arábia), a Europa, duas grandes ilhas a esquerda (as

*Horcades Insulae*) correspondendo à Inglaterra e Irlanda, a Itália, a Babilônia e, ocupando o centro do mundo conhecido, Jerusalém.

Georges Duby é um importante historiador contemporâneo. Formado na esteira dos fundadores da Escola dos *Annales*, Duby já havia escrito sobre sua carreira, suas perspectivas e suas circunstâncias num ensaio de ego-história publicado coletivamente. Em seu *A História continua*, publicado no Brasil em 1993, ele volta a falar – agora mais longa e detalhadamente – sobre seu ofício. Já no prólogo, alerta de que se trata de um ofício coletivo, “Falarei, melhor dizendo, do *nosso* ofício, pois vamos todos pelo mesmo caminho, nós, os historiadores, em companhia dos especialistas de outras ciências humanas. São raros, com efeito, os pesquisadores dessas disciplinas que se aventuram sozinhos por caminhos diferentes. Outros arriscam-se ao mesmo tempo que eles, muitas vezes sem que eles saibam. O mesmo vento nos empurra, e geralmente navegamos em conjunto”.

Antes de ser formado por historiadores, Duby o fora por geógrafos e é esse entrecruzamento entre áreas que possibilitará a ele estabelecer uma sincronia entre fazeres: para Duby, o geógrafo age como historiador de sua paisagem.

:

*“O geógrafo contempla uma paisagem e procura explicá-la. Sabe que esse objeto, verdadeira obra de arte, é o resultado de uma longa elaboração, que foi moldado ao longo das eras pela ação coletiva do grupo social instalado neste espaço e que continua a transformá-lo. Em conseqüência, o geógrafo sente-se obrigado a estudar antes de mais nada o material, ou seja, os elementos físicos modelados pouco a pouco por este grupo social, mas não menos atentamente as forças, os desejos, a configuração desse grupo, tornando-se de certa forma seu historiador”.*

John Lewis Gaddis leva mais à frente essa metáfora que Duby possibilita. Em seu *Paisagens da História*, publicado no Brasil pela Editora Campus, em 2002, Gaddis explicita sua concepção de história valendo-se de uma metáfora à qual chama “metáfora cartográfica”.

É função do cartógrafo a elaboração de mapas que servem, como sabemos, para identificar, localizar, permitir acessos. São representações de uma certa “realidade”

(não haveria sentido – à exceção dos cartógrafos da ficção de Borges – num mapa que cobrisse a própria paisagem que é seu objeto), variam em escala e conteúdo (não procuraríamos uma rua específica da cidade de São Paulo num mapa rodoviário, do mesmo modo que não a procuraríamos num mapa-mundi), são avaliados segundo sua utilidade (quantas vezes não abandonamos uma representação por outra baseados, por exemplo, na facilidade de decodificação, nos modos – estilos – do registro, na qualidade da impressão etc) e, por fim, mas não menos importante, a elaboração de um mapa incorpora experiências várias, pois é resultado de um diálogo entre dados e teorias (dados alimentam teorias que certificam ou refutam dados que complementam, re-elaboram ou sugerem re-teorizações: um processo de retroalimentação informações/sistematizações). Norteia o trabalho do cartógrafo uma certa adequação entre três elementos fundamentais: “realidade”, representação e persuasão.

A partir da figura do cartógrafo e de suas práticas, Gaddis estabelecerá sua metáfora: o passado *como* paisagem e a história *como* seu mapeamento (tanto melhor seria, cremos, “a historiografia” – essa prática social – como mapeamento dessa paisagem, o passado<sup>3</sup>).

Ao contrário do mapa, porém, o acesso ao passado não se dá efetivamente (não é possível frequentar o passado como a uma avenida representada num mapa). A acessibilidade ao passado estaria limitada aos – e ao mesmo tempo só nos é possibilitada pelos – resíduos do passado que se presentificam na memória, pelas lembranças. Tanto quanto as escalas e os conteúdos são variáveis de um mapa a outro, há variabilidade nos objetos e nos focos dirigidos, pelo historiador, a esses resíduos da memória. O passado, essa paisagem, tornado presente, permite o reconhecimento de alterações e permanências (permanências que para alguns são alterações; alterações que para alguns são permanências, como ocorre ao Gatopardo de Visconti). A historiografia (a escrita da História), em seus registros, permite que concepções, perspectivas, cenários sejam alterados, reconfigurados ou mantidos (tanto ao cartógrafo da Idade Média foi conveniente Jerusalém ocupar o centro do mundo quanto ao cartógrafo do Renascimento foi interessante questionar essa centralidade) e permite, segundo essa concepção, que uma análise dos resíduos da paisagem – a partir da qual uma nova paisagem (ou novas paisagens) é configurada – seja conduzida sob várias óticas teóricas, para o que se torna essencial pensar a historiografia como um trabalho coletivo e sempre em perspectiva. Assim procedendo, a historiografia registrará e comporá uma paisagem sob diferentes focos e a História, portanto, será um outro texto numa procissão de textos sem nenhuma pretensão de significação particular (como nos alerta Cohen, num dos capítulos do *Pedagogia dos Monstros*, organizado por Tomaz Thadeu da Silva). Também o

---

<sup>3</sup> Mais à frente Bloch, em sua intervenção nesse diálogo, tratará de refinar essa noção de “passado”, dando-lhe “substância”.

historiador procura, em suas práticas, por um registro adequado entre passado (paisagem), representação (mapa/registo historiográfico) e persuasão.

Quem decide, porém, sobre a plausibilidade/veracidade/utilidade/legitimidade de tal adequação? Em primeira instância, o historiador, seu grupo, seus interlocutores essenciais: os atores, por fim, que constituem o regime de verdade que sustenta a possibilidade das enunciações. Sempre um cenário estará sendo mapeado segundo uma perspectiva (e não outra), fundamentada uma política de verdades (e não outra) não havendo, assim, uma história verdadeira (como quereriam alguns), mas a possibilidade de auscultar a verdade das histórias.

Para Bloch – representante emblemático não só para o universo dos historiadores –, a história não é o estudo do passado pois o passado, como passado, carece de substância: é preciso ontologizá-lo de um tal modo que ele possa ser abordado. A história é o estudo dos homens, vivendo em comunidade, no tempo. Também com Bloch aprendemos que os pés do historiador estão fincados no presente e é nesse presente que surgem as questões que nortearão sua prática de historiador, questões que lhe sugerem procurar os resíduos e auscultá-los. Nega Bloch, portanto, a afirmação de que “sem documento não há história”: sem pergunta não há história, ele assume. É essa a concepção da história-problema por ele defendida; uma prática que não visa a procurar origens para justificar permanências (vivemos num mundo, afirma Antonio Carlos Carrera de Souza, que decidiu inventar origens para tudo, “obrigando a história dos homens a um longo exercício metafísico de negar sempre as evidências humanas, emotivas e sensuais das narrativas históricas”<sup>4</sup>).

Nesse nosso mundo contemporâneo, portanto, temos concebido – eu e meu grupo – a história como um texto entrecortado, multiperspectival, variado. A historiografia, nesse contexto, dilui-se (sem perder sua identidade como historiografia, segundo alguns) numa série de relatos, narrativas, cuja análise não está nas mãos de um único agente estavelmente radicado numa ou noutra região de inquérito<sup>5</sup>. No mundo contemporâneo, numa sociedade facilmente caracterizada como refém da imagem e do consumo, essa massa de gêneros historiográficos tem acolhido como analistas sociólogos, antropólogos, artistas e investigadores culturais das mais diversas procedências num contínuo, necessário e produtivo diálogo. As fronteiras inter-áreas

---

<sup>4</sup> (Entre)Mentes, Nômade! In *Paisagens e Perspectivas: estudos na interface História Oral/Educação Matemática*. (no prelo).

<sup>5</sup> Boaventura Souza Santos, outro dentre nossos interlocutores, nos ensina (em seu *A crítica da razão indolente*) que não há agentes históricos únicos nem uma forma única de dominação. São múltiplas as faces da dominação e da opressão, e sendo múltiplas essas faces, são também múltiplas as resistências e os agentes que as protagonizam. Santos acredita que, na ausência de um princípio único, não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum para o que evoca a necessidade de exercícios pontuais de resistência, a criação de campos de experimentação que atuem com a intenção de cultivar um pensamento alternativo de alternativas.

tornam-se fluidas, e já são mais negociadas e negociáveis as proibições quanto a cruzá-las. E não se poderia pensar a Historiografia fora desse panorama atual de interlocuções pois é nesse presente que surgem as questões do historiador (ou àqueles que têm os historiadores como interlocutores mais próximos). A História é – reforçamos – o estudo dos homens no tempo, vivendo em comunidade. É uma história-problema que elege temas presentes que podem ser analisados a partir de um olhar retroativo, uma busca ao passado (próximo, ou remoto). Uma história que também se permite ser história do agora. Uma história que, segundo Gilda Lúcia Delgado de Souza, nos mostra que o passado comportava inúmeros futuros além daquele que se processa no presente. Uma história que visa a informar o presente e nos ajuda a compreender (não justificar) nossa própria experiência como seres sociais. Historiografia que é registro dessa história por agentes sociais que se dedicam a registrá-la. E os registros estão limitados, sempre, à miopia dos que o elaboram. Uma historiografia à qual precisamos enfrentar com leituras flutuantes, de tal modo que suas verdades – sempre em perspectivas – possam ser re-significadas, questionadas, percebidas. É nesse cenário de configuração, formação e destituição de verdades que inscrevemos nossas concepções sobre a História e a Historiografia, formando, nesse movimento, nossas próprias e nunca definitivas verdades: nossas atribuições de significados possíveis, defensáveis, plausíveis, que nos levem à formação dos hábitos de ação que se manifestam em nossas práticas.

Esse exemplo mínimo de fundamentar, com vários interlocutores, a concepção de história e de historiografia que temos tentado efetivar na prática de nossas pesquisas na interface História Oral/Educação Matemática exige considerarmos o tempo presente como o solo no qual radicam nossas escolhas. E o momento atual, segundo Lyotard, nega os centros e desconfia das metanarrativas. Não há mais a ilusão de que explicações científicas, teológicas, filosóficas dêem conta de todo o arsenal das experiências humanas. São múltiplos os agentes da contemporaneidade e são múltiplas as resistências que podem ser por eles protagonizadas. A historiografia é um esforço não de significação singular, mas um conjunto de esforços singulares de significações. O passado – essa representação – vai além de suas representações particulares, mas só por elas podemos avizinhá-lo, podemos fazê-lo mais familiar, compreensível e operacional segundo as predisposições a nós permitidas pelos regimes de verdade em que nos encontramos inscritos.